

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte OESP Class.: Constituição/Revisão
 Data 31/08/93 Pg.: 6 14

CONSTITUIÇÃO

**Índio será tema
de confronto
no Congresso**

*Parlamentares
querem rever
princípios
estabelecidos*

BRASÍLIA — O início da revisão constitucional, previsto para 6 de outubro, ameaça levar a extremos o confronto entre as entidades defensoras dos direitos dos povos indígenas e os parlamentares que querem rever os princípios assegurados pelos artigos 231 e 232 da Constituição. A mobilização das duas partes, reforçada pela denúncia sobre o massacre dos yanomâmis, será intensificada nos próximos dias, com a realização de debates, manifestações e o lançamento de um lobby no Congresso para atrair o voto de parlamentares indecisos.

O senador César Dias (PMDB-RR) previu que a disputa de interesses no capítulo 8º, referente aos direitos dos índios, será mais intensa do que há cinco anos, na Constituinte. "O assunto vai ser tratado em pé de guerra", admitiu Dias. O trabalho de convencimento das entidades ligadas ao Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas será reforçado no encontro de representantes dos 200 povos indígenas, que será realizado de 14 a 17 deste mês. Além da defesa unânime dos atuais direitos, a manifestação pretende cobrar do governo federal o cumprimento do artigo 67 das Disposições Transitórias, que obriga a União a concluir a demarcação das terras indígenas até a instalação da revisão constitucional.



Conscientização — O secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Francisco Loebens, acredita que a constatação, pelos parlamentares, da situação "extremamente ruim" da grande maioria dos 250 mil índios brasileiros vai conscientizá-los sobre a necessidade de não alterar o texto que resultou de acordo entre vários partidos.

Um dos autores da emenda limitando o prazo da demarcação a 6 de outubro, deputado Eraldo Trindade (PPR-AP), participou desse acordo, mas agora quer rever o parágrafo 7º do artigo 231, que impede a exploração de minerais em áreas indígenas. Eraldo quer legalizar a atividades, dando aos governos estaduais a competência de fiscalizar a exploração de jazidas e garimpos. "Do jeito que a coisa vai, será impossível conter a evasão da riqueza do solo", argumentou. O deputado Nicias Ribeiro (PMDB-PA) não esperou a revisão para entrar na briga. Já apresentou emenda que impede a demarcação de terras indígenas na fronteira e obriga o Congresso, e não mais a União, a aprovar a limitação dessas áreas.